PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 009/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 644/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Concede a Reposição Salarial para os servidores públicos efetivos do Executivo Municipal de referente ao exercício de 2024 e dá Outras Providências".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe reposição salarial corrigida para servidores públicos efetivo do executivo Municipal com percentual de 4,71% referente ao exercício de 2024 que sera pago em 10 parcelas a partir de fevereiro de 2025.

II - ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão Constituição e Justiça, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 009/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 11 de janeiro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 009/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Presidente

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Relator

Dhionatas Tassos Fagner

Vereador Membro

PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 009/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 644/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Concede a Reposição Salarial para os servidores públicos efetivos do Executivo Municipal de referente ao exercício de 2024 e dá Outras Providências".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe reposição salarial corrigida para servidores públicos efetivo do executivo Municipal com percentual de 4,71% referente ao exercício de 2024 que sera pago em 10 parcelas a partir de fevereiro de 2025.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 009/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 11 de janeiro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 009/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Gilberto Aparicio

Vereador Presidente

Renato Leitão dos Santos

Vereador Relator

José Lopes da Silva Neto

Vereador Membro